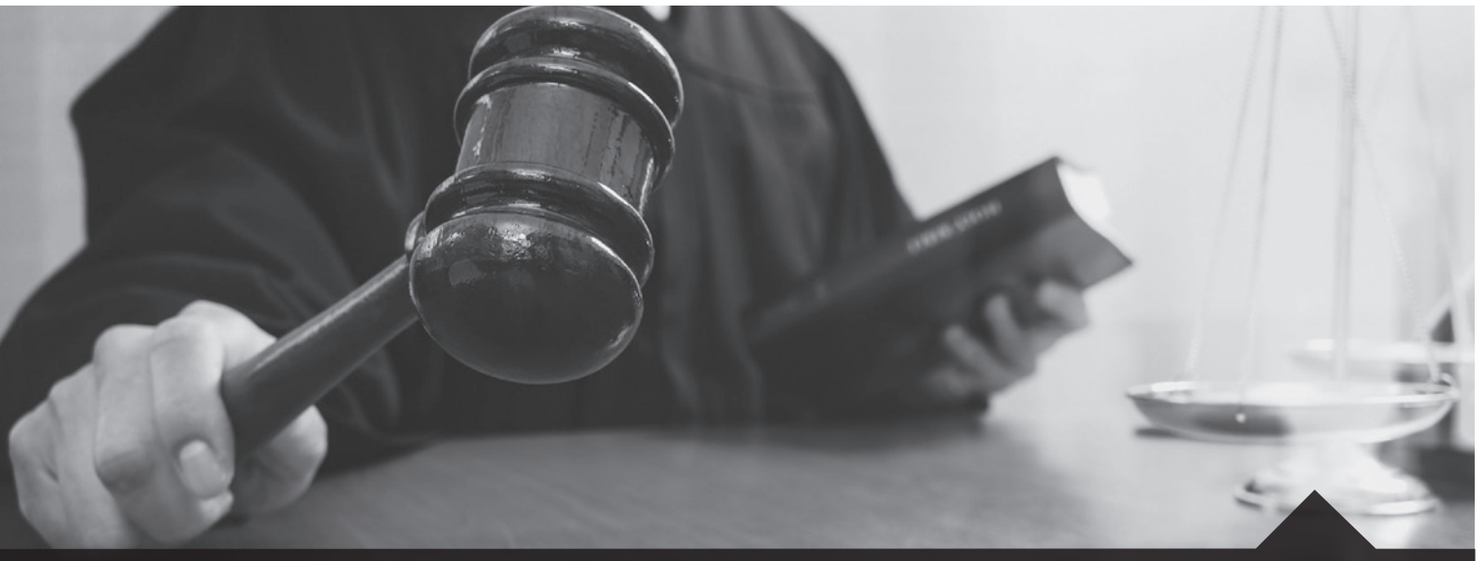
JUDICIÁRIO



Em 2019, o Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo inaugurou a sessão Judiciário em suas análises, especialmente para os boletins mensais. Essa decisão foi tomada no contexto de que as ações do Poder Judiciário ganharam cada vez mais espaço e influência no debate político nacional.

Judiciário elitista corrobora desigualdades sociais

É verdade que desde 2005 o PT precisou cada vez mais lidar com a face mais obscura do Judiciário brasileiro. As sucessivas vitórias eleitorais apenas pioraram esse contexto. O livro *Poder e Corrupção no Capitalismo*, lançado pela FPA em 2017, já alertava sobre a composição elitista do poder togado, marcado pela prevalência dos valores liberais, uma enorme leniência com atos de governo em benefício do "mercado" e um silêncio sepulcral com as desigualdades e injustiças que marcam a história brasileira. Por isso analisar a conjuntura sob a ótica do Judiciário apenas ganhou importância durante este ano.

Em 2019, a soltura de Lula aponta muito mais para uma composição conjuntural de correlação de forças do que especificamente uma visão de justiça e reparação. Fosse a segunda razão, o Judiciário teria solucionado o caso Marielle Franco, impedido as atrocidades estruturadas no governo do estado do Rio de Janeiro que mataram crianças, pessoas inocentes e empilham corpos diariamente. Números divulgados dão conta do aumento de 46% da violência policial no estado, sem nenhuma ação efetiva do Judiciário para investigar as razões profundas desses números.

Fosse diferente, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) não teria homologado a constitucionalidade de diversos pontos da reforma trabalhista e de leis posteriores que destruíram o direito de defesa da classe trabalhadora. Essas questões marcaram uma redução histórica de processos trabalhistas sem que isso significasse avanço na proteção dos trabalhadores. As novas leis afetaram a regulação do mercado de trabalho e acabaram por lançar mais de quarenta milhões de pessoas em condições de trabalho ainda mais precárias num curtíssimo tempo. E para o Judiciário isso significou a redução de 31,8% de reclamações trabalhistas.

A partir desses pressupostos de análise é essencial a compreensão de que a soltura de Lula se deu em uma perspectiva pontual da correlação de forças do STF, e não numa correção de rumos da democracia brasileira.

O Supremo possui hoje uma disputa de entendimento global sobre o direito e, reiteradamente, os resultados das decisões têm comprovado essa divisão. Uma parcela de ministros está mais alinhada ao pensamento dominante do governo brasileiro e apoia as restrições da democracia em função do

combate de "inimigos nacionais" como a corrupção, por exemplo. Uma corrupção bem específica e delineada em ações do Estado, sem a compreensão de que se trata de um elemento derivado do capitalismo e não uma "degradação moral do Estado".

Do outro lado, há ministros que defendem as instituições democráticas e um modelo de Estado mais alinhado à Constituição de 1988. E nada além disso. Quando o assunto é combater desigualdades, evitar o desmonte do Estado via privatizações, declarar a inconstitucionalidade da reforma trabalhista, da reforma da Previdência, das medidas provisórias que achacam o povo pobre diariamente, o silêncio dos ministros é contundente.

Essa é uma análise específica do STF, que detém o controle concentrado de constitucionalidade. Quando baixamos aos demais tribunais, ao dia a dia do Judiciário, a situação é igualmente preocupante.

Essas são as razões primordiais para a compreensão de que a disputa de sociedade por dentro da institucionalidade do Judiciário está fadada ao fracasso. É por isso que o Pacote Anticrime não pode ser comemorado e ainda que tenha sido "aliviado", ele segue sendo uma enorme tragédia social. Num país cujo sistema ativa as desigualdades históricas, qualquer aumento de pena servirá a esse senhor e jamais a uma concepção social de justiça.

Basta uma caminhada em uma favela brasileira e será possível perceber qual é a concepção social de justiça que lá se constrói. A verdade crua é que nas quebradas brasileiras não se sabe mais quem é o inimigo e quem está combatendo quem. O certo deve estar pelo certo, e nada mais.

O Brasil é um país marcado pela violência de Estado, pela formação de estruturas ora milicianas ora de crime organizado, pela hipervalorização do mercado nas decisões judiciais, por uma desigualdade profunda e histórica, e não é mais possível evitar a leitura de que o Judiciário é parte dessa engrenagem.

Mesmo teóricos liberais do direito já apontam que o conhecimento jurídico se constrói com base em linguagem e exercício da força. Em outras palavras, o conhecimento popular diria que o papel aceita tudo e manda quem pode, obedece quem tem juízo.

O direito precisa de alguma forma ser convertido em um instrumento de justiça social. E a resposta para isso deve ser dada pelo povo, na política e na livre manifestação do pensamento e da organização social. A esquerda e o direito sempre terão uma relação conturbada e complexa. Nenhuma análise pode se esquecer disso. As análises, formulações e sobretudo a prática política precisam voltar-se a isso. Se a história já não nos ensinou de forma contundente, precisamos aprender com 2019.

Ano da Vaza Jato, do fracasso de Moro na política e sua decisão por se submeter as intempéries pueris do presidente brasileiro. Foi o ano do brutal assassinato da menina Ágatha, do massacre do baile funk em Paraisópolis, foi o ano em que o povo mais uma vez viu o Estado a serviço do interesse de poucos e do aprofundamento da desigualdade de muitos. Não há muito o que comemorar. Mas as reflexões são importantes nesse período, e desistir não é uma opção.